



O MUNDO DA
EDUCAÇÃO

Itinerário

I



O MOLDE DA REFORMA EDUCATIVA

1

O ministro da educação deste pequeno país caribenho aproxima-se de sua mesa e, com grande satisfação, pega respectivamente três exemplares: *Diagnóstico*, *Recomendações* e *Plano*; todos eles para a educação de seu país nos próximos cinco anos. Os primeiros exemplares acabam de ser concluídos por uma equipe de especialistas, cujos nomes e instituições constam na capa dos relatórios: duas instituições internacionais e uma nacional.

Apenas dando uma olhada no primeiro volume, confirmo aquilo que eu temia: trata-se do diagnóstico padronizado em torno da educação e de seus problemas, o que se repete com assustadora uniformidade, no máximo com as inevitáveis diferenças de cifras e siglas domésticas nos países do chamado Terceiro Mundo e, principalmente, nos da América Latina e do Caribe. Não é necessário sequer ver os tomos 2 e 3 – as recomendações, a proposta, a estratégia, o plano – porque não é difícil antecipar seu conteúdo: diagnósticos padronizados sobre problemas costumam trazer, lado a lado, recomendações padronizadas em relação às soluções. Ao ler os três volumes, nesse mesmo dia, no hotel, a suspeita confirma-se: trata-se do molde para a reforma educativa que vem sendo instalada em toda América Latina nos últimos anos e à qual esse pequeno país submete-se mais tarde, sem sequer beneficiar-se das lições já aprendidas pelos outros.

O volume 1, *O Diagnóstico*, identifica e detalha a conhecida lista de “problemas da educação” – falta de equidade, repetência, evasão, ineficiência interna e externa, má qualidade, baixos rendimentos escolares, falta de materiais educativos, capacitação docente deficiente, falta de responsabilidade pelos resultados, centralismo na administração, etc. – com a ajuda de quadros e gráficos impecáveis, de uma exuberância estatística e uma precisão quantitativa que poderia fazer-nos supor que nesses números, nessas quantidades e porcentagens, está a chave do problema e da solução. Contudo, sabemos bem que as estatísticas são

extremamente frágeis no campo da educação e que, normalmente, acabam sendo irrelevantes e até mesmo inúteis para orientar a ação vencedora.

Os problemas da educação mais que a educação como problema. Os problemas do sistema escolar mais que os problemas da educação. Os problemas do sistema escolar mais que os dos alunos, das famílias, das comunidades, dos cidadãos e do país. Diagnóstico (e, portanto, soluções) eminentemente setoriais e, mais do que isso, intra-escolares. Problemas organizados nos rótulos clássicos de administração, financiamento, currículo, gestão, supervisão, avaliação, capacitação, materiais, etc. Análise por níveis do sistema – pré-escolar, primário, médio, técnico, profissional – misturados, como é de costume, com esses âmbitos – educação não-formal, educação de adultos – que nunca sabemos onde situar. A educação superior ausente, desmembrada do sistema escolar, como se não fosse educação, anunciada como objeto específico de relatórios que ainda virão.

O volume 2, *As Recomendações*, também são velhas conhecidas: descentralizar e incentivar a autonomia das instituições escolares; estimular a participação e os recursos privados; melhorar e controlar a qualidade; fortalecer a capacidade institucional para a análise de políticas e o planejamento estratégico; diversificar os mecanismos e as fontes de financiamento da educação; reforçar a comunicação e o consenso; articular os diferentes níveis de ensino; revisar os conteúdos curriculares para adequá-los às condições do meio e ao mercado de trabalho; fortalecer e racionalizar a capacitação dos agentes educativos para todos os níveis; revalorizar a função docente; proporcionar capacitação em serviço, etc. Essa é, com esses ou com termos semelhantes, a lista de recomendações que vem sendo feita tanto aos países grandes como aos pequenos, aos com Índice de Desenvolvimento Humano alto, médio ou baixo, aos com regimes ditatoriais e aos mais democráticos, aos com população indígena majoritária ou minoritária, aos com muita ou pouca tradição educativa, aos com hiperministérios e aos que nunca chegaram sequer a ter uma burocracia estável, aos que exportam e aos que importam intelectuais e profissionais. Enfim, a todos.

O volume 3, *O Plano*, é como se tivesse sido plagiado: reforma administrativa do Ministério da Educação, descentralização, acordos e consensos nacionais, focalização na pobreza, prioridade para a educação básica, programas de compensação, aumento do tempo de instrução, melhoria da qualidade, fornecimento de textos e manuais escolares, adaptação ao currículo, reciclagem e aperfeiçoamento docente, novo estatuto docente (nem uma palavra sobre os salários dos professores), capacitação de diretores, avaliação do desempenho, incentivos, prestação de contas, educação a distância, turnos dobrados, despesas divididas com a família, melhoria da eficácia externa do sistema, autonomia escolar, articulação da pré-escola e da escola, educação não-excludente, conselhos de participação e de gestão escolar, ênfase na aprendizagem, projetos educativos institucionais, provas padronizadas, colocação em funcionamento um sistema nacional de avaliação e divulgação dos resultados.

Não é o Chile, a Argentina, o Brasil, a Costa Rica, o Uruguai nem a Colômbia. Estamos em um país especial, indecifrável para o visitante externo e até mes-

mo para os estudiosos locais, que desafia continuamente os sociólogos e os cientistas políticos, que se destaca por seu Índice de Desenvolvimento Humano localizado entre os mais baixos do mundo, com uma enorme complexidade lingüística, uma identidade cultural muito forte e com crenças religiosas muito arraigadas, no qual florescem a arte, o artesanato e a poesia, onde a luz elétrica praticamente não é conhecida nas zonas rurais, onde cerca da metade das crianças continua ficando à margem da escola e no qual predomina a educação privada, tanto no nível primário como no secundário.

O próprio trajeto até o Ministério mostrou-me um pedaço importante e fascinante dessa sociedade: uma hora para percorrer uma distância relativamente curta, dentro da cidade; o veículo abrindo caminho a buzinas, entre rios de pessoas que caminham em plena rua; carros em ambos os sentidos, desviando-se uns dos outros, apertando, e muito, a buzina para informar e serem notados, com grande necessidade de semáforos ou de policiais que organizem o tráfego; uma multidão por todos os lados, com roupas coloridas e vistosas, comprando e vendendo, remexendo-se ao som de alguma música popular, ou ainda sentada fora, diante de suas casas, em cadeiras de balanço ou em pequenos bancos, balançando-se, aliviando o calor, fazendo a sesta, jogando cartas, ou simplesmente observando o movimento e o barulho dos demais.

O ministro desse pequeno país caribenho pede minha opinião e eu, com toda franqueza, dou. Por mais que tenha remexido, procurando ler entre linhas e entre quadros, não pude encontrar seu país nesses relatórios. A não ser pelos índices particularmente acentuados de analfabetismo adulto e pela falta de acesso à escola, que denunciam esse país como um dos mais pobres e mais atrasados da região, o *Diagnóstico*, as *Recomendações* e o *Plano* poderiam referir-se a praticamente qualquer país do Planeta. Por trás da fria linguagem tecnocrática e da impessoalidade das cifras não há história, não se percebe uma gota de cultura, algo que permita entender que tipo de país é esse, por que e como chegou aonde está, como é o seu povo, a sua juventude, os seus professores, como são suas instituições por dentro, o que foi e é capaz de fazer como país, o que pensam as pessoas sobre a educação que têm e que tipo de educação gostariam de ter. Sendo a educação um campo particularmente sensível em relação à cultura e à especificidade de cada contexto, a omissão desses aspectos não é um assunto menor: as mesmas cifras, em contextos, condições e momentos diferentes, significam e propiciam a realização de coisas muito diferentes.

Não, não acho que nesses volumes estejam as chaves do que acontece e do que deve ser feito com a educação desse país nos próximos cinco anos. Não, não é de se esperar que a reforma consista agora simplesmente em despejar tal informação sobre aqueles que devem aplicá-la por meio disso que se costuma chamar de “capacitação docente”, em traduzir as recomendações em decretos e em programas, enfim, em tentar fazer com que a realidade adapte-se aos documentos. Espera-se, isto sim, que as pessoas de carne e osso rejeitem tudo isso, não por ignorância, incapacidade ou má-fé, mas simplesmente porque a distância entre esses dois mundos é, logo de saída, intransponível.